



<http://revistarebram.com/index.php/revistauniara>

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, TEMÁTICA AMBIENTAL E RAZÃO INSTRUMENTAL

Flávio Roberto Chaddad*

*Mestre em Educação Escolar (Universidade Estadual Paulista)

*Autor para correspondência e-mail: frchaddad@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Razão Instrumental
Teoria Crítica
PCNs
Temática Ambiental
Educação Ambiental

KEYWORDS

Instrumental Reason
Critical Theory
NCPs
Environmental issues
Environmental Education

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar se há influências da razão instrumental na temática ambiental dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Para tanto, examinaram-se três características que compõem a vertente instrumental da temática ambiental: o domínio do homem sobre a natureza; o discurso do competente ou do especialista que se presentifica como aletheia; e, por fim, a não superação do capitalismo. Verificou-se que os PCNs apresentam características pós-modernas e instrumentais.

ABSTRACT

NATIONAL CURRICULAR PARAMETERS, ENVIRONMENTAL ISSUES AND INSTRUMENTAL REASON

The objective of this article was to analyze if there are influences of the instrumental reason in the environmental issues in the National Curricular Parameters (NCPs). For this purpose, three characteristics that compose the instrumental aspect of the environmental issues were examined: man's dominion over nature; the discourse of the competent or the specialist who presents himself as aletheia; and, finally, the non-overcoming of capitalism. It was verified that the NCPs present postmodern and instrumental characteristics.

Recebido em: 01/02/2019

Aprovação final em: 28/04/2019

DOI:10.25061/2527-2675/ReBraM/2019.v22i2.597

INTRODUÇÃO

a biosfera passa por sérias ações antrópicas. A natureza está se transformando e vem, em muitos casos, impedir a vida de milhares de pessoas em todo mundo. Neste sentido, torna-se importante a análise de documentos que norteiam as políticas públicas com a finalidade de tentar transformar este cenário. Assim, este trabalho, que é parte analítica de uma dissertação de mestrado defendida em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista (UNESP), procurou analisar a Temática Ambiental dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) através de três características que compõem a vertente instrumental da temática ambiental: a relação homem e natureza; o discurso do competente para as soluções ambientais e a não crítica ao modo capitalista.

Em se tratando da relação homem e natureza, Bacon (1999) com seu espírito patriarcal afirmava que a natureza deveria ser dominada, acossada em seus descaminhos e que, por meio da tortura, seus segredos seriam retirados (CAPRA, 1999). Mas, não foi só Bacon (1999) que aprofundou a ruptura entre o homem e a natureza. Descartes (1999; 2001) e Kant (1999), com seus sistemas filosóficos, também ajudaram a tornar a natureza algo completamente externo ao ser humano. O *Cogito* cartesiano, onde o ser humano se identifica com seu pensamento, e as *Categorias do Entendimento* de Immanuel Kant, que *a priori* determina o que o ser humano conhece [a razão não está nas coisas, mas em nós humanos] causam definitivamente a ruptura entre o homem e a natureza. Esta externalidade do homem perante a natureza, produzida por este espírito patriarcal e pelo pensamento filosófico destas figuras científicas dos séculos XVI, XVII e XVIII, está inscrita na vertente conservadora e instrumental da educação ambiental.

Com relação ao discurso do competente, o *Cogito* cartesiano e as categorias do *Entendimento* kantiano causam uma profunda subjetivação do ser humano que rompem com a história e se eterniza como Aletheia (presentificação da verdade). Em Descartes, o homem perde seu corpo, está ligado a este mundo apenas por um par de olhos. É uma substância, sem corpo, está afastado e não estabelece relações com a Terra ^[1] – como dito acima – e cujas verdades eternas podem ser conhecidas pela razão. Com Kant, este sujeito do conhecimento é determinado pelas *Categorias do Entendimento* que fazem parte da estrutura da razão. Tanto em Descartes, onde conhecemos pelo *Cogito*, quanto em Kant, onde conhecemos o que as *Categorias do Entendimento* nos permitem conhecer, não há História. Não há um processo histórico e dialético de construção do conhecimento. Assim, excluindo-se do passado e do futuro, produto da exacerbação da subjetivação, que tem suas origens nestes dois filósofos, o sujeito do conhecimento se eterniza como Aletheia. Portanto, entre Descartes e Bacon é que o discurso do competente é ancorado. Eternizados como Aletheia, pelo *Cogito* cartesiano e pelas *Categorias do Entendimento* de Kant, os especialistas ou competentes enfatizam que as soluções para os problemas ambientais estão na técnica e não na reelaboração do passado tencionando a superação por incorporação do mesmo.

Com relação à terceira característica, que diz respeito a não superação do sistema de produção capitalista ^[2], pode-se dizer que, segundo Herculano (2001), o conceito de desenvolvimento sustentável que vem sendo proposto pela ONU, que guia o estabelecimento de políticas públicas em muitos países, traz como eixos norteadores:

- 1) Reorientação tecnológica e institucionalização de meios de fiscalização internacionais;
- 2) Controle populacional para o Terceiro Mundo;
- 3) Políticas de Ajustes e de ajuda financeira dos países ricos e pobres.

¹ Homem e natureza.

² Grifo e coloco em itálico esta parte, que é muito importante para o texto: *A falta de liberdade ocorreu em países socialistas como em capitalistas, os totalitarismos de esquerda e de direita. Por isso, em nova fase de minha vida, aonde empreendi várias leituras, advogo um sistema produção equilibrado que leve em conta a justiça social e a capacidade suporte e de manutenção dos ecossistemas.*

Ou seja, como irá se observar mais a frente neste trabalho, não há o questionamento do sistema de produção capitalista e de como se produz a mais valia, de como esta estrutura de produção de riqueza não está disponível para todos, apenas em um nível das ideias ou da abstração.

Por sua vez, os PCNs eram um documento que há pouco – antes da construção da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) – influenciava muito as práticas pedagógicas dos professores em suas instituições de ensino, como também eram as bases da construção dos materiais didáticos. Portanto, era de extrema importância.

Mas será que esta relação característica Instrumental é encontrada na Temática Ambiental dos PCNs?

A RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E A NATUREZA

A relação entre o homem e natureza sempre se caracterizou pelo domínio deste sobre aquela. Desde a época dos mitos, o homem procurou não entender a natureza, mas apenas a dominar. Esta dominação aprofundou-se sobremaneira a partir da ciência moderna, onde a representação, que havia entre o ser humano e a natureza, foi completamente perdida (ADORNO; HORKHEIMER, 1999).

Bacon (1999) com seu espírito patriarcal afirmava e dizia que a natureza deveria ser dominada, apossada em seus descaminhos e que, por meio da tortura, seus segredos seriam retirados. Segundo o pós-moderno Capra (1999), estas alusões à natureza parecem espelhar o discurso utilizado por ele no julgamento das bruxas, pessoas que tinham uma relação qualitativa com a natureza. Segundo Adorno e Horkheimer (1999), a natureza passou somente a representar uma espécie de matéria, que deveria ser manuseada como objeto a fim de se retirar dela – como Bacon (1999) afirmava – todos os seus segredos.

Em uma leitura preliminar da Temática Ambiental destes documentos, pode-se dizer que a natureza não é vista como algo externo ao ser humano, que é uma das características da vertente conservadora instrumental da educação ambiental. Pelo contrário, o documento afirma em vários momentos ou passagens que o ser humano está imbricado no meio ambiente, ou seja, o compõe em seu espaço sociocultural. Em seu item *Meio Ambiente e Seus Elementos*, bem como em outras passagens, agregado ao espaço físico e biológico, soma-se o espaço sociocultural:

O termo meio ambiente tem sido utilizado para indicar um “espaço” (com seus componentes bióticos e abióticos e suas interações) em que um ser vive e se desenvolve, trocando energia e interagindo com ele, sendo transformado e transformando-o. No caso do ser humano, ao espaço físico e biológico soma-se o “espaço” sociocultural (BRASIL, 2001, p.31).

Além disso, este documento afirma que a humanidade, interagindo com os elementos que compõem o meio ambiente, provoca tipos de modificação que se transformam com o passar da história e que, ao interagir com o meio, muda-o e transforma sua visão a respeito de natureza e do meio em que vive. Em outra passagem, os documentos concebem uma visão sistêmica para o estudo como para a concepção do meio ambiente:

A complexidade da natureza exige uma abordagem sistêmica para seu estudo, isto é, um trabalho de síntese, com diversos componentes vistos como um todo, como partes de um de um sistema maior, bem como em suas correlações e interações com os demais componentes e seus aspectos. Fazendo-se uma analogia entre um sistema natural em estudo e uma rede de pesca, da mesma forma que para conhecer a rede não basta observar os seus nós, mas é fundamental iluminarem-se os fios que interligam esses nós. Para se conhecer um sistema não bastam observar suas partes, mas é preciso

enxergar como elas se interligam e se modificam, em sua própria estrutura e sentido de ser, por causa dessas interações (BRASIL, 2001, p.22).

Estas duas passagens, somadas a outras que não fazem a crítica ao sistema de produção capitalista e que não sinalizam para a superação deste sistema, permitem que se conclua que a relação entre o homem e a natureza veiculada por estes documentos se enquadra na vertente conservadora pós-moderna da educação ambiental. Ela se baseia na teoria sistêmica. Esta teoria fornece uma explicação para a relação entre homem e natureza, bem como para a crise ambiental vigente. Neste ponto, ela se compara com a teoria social funcionalista de Durkheim *apud* Horkheimer (1975) e na sua não crítica ao sistema de produção capitalista.

Segundo o pós-moderno Capra (2007), a teoria sistêmica traz consigo a concepção de que vivemos uma crise de percepção, em que esta se refere a não perceber que o todo é mais que a simples soma de suas partes.

Assim, este outro olhar propõe que as propriedades essenciais de um organismo - ou sistema vivo - são propriedades do todo, que nenhuma parte possui. Por exemplo, os átomos que compõem a molécula do açúcar (C, H e O) não apresentam o gosto adocicado característico deste elemento, mas quando se interagem aparece propriedades que não existem nas partes. Elas surgem, portanto, das interações e das relações que ocorrem entre as partes. Essas propriedades são destruídas quando o sistema é dissecado, física ou teoricamente, em elementos isolados. Embora possa discernir partes individuais em qualquer sistema - essas partes não são isoladas - e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes. Esta teoria transmite a noção de que todas as partes, interagindo entre si, produzem um todo maior que a soma de suas partes, bem como a idéia de que o ser humano, realizando sua parte na biosfera, entendendo que tudo esta interligado, é capaz de superar esta crise de percepção e sanar com a problemática ambiental.

Aparentemente esta teoria sistêmica é plenamente plausível e diferente para as explicações do funcionamento da natureza que se fundamentam no espírito científico da modernidade, mas quando Capra (2007) afirma, baseando-se nesta teoria, que a crise que estamos vivenciando deve-se a uma crise de percepção e não do produto da exploração e expropriação do sistema de produção capitalista, sinaliza para uma visão idealista e/ou ideológica desta, aparecendo em várias partes deste documento, conforme os PCNs (BRASIL, 2001):

[...] mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com valores, com ensino e aprendizagem de habilidades e procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação. Comportamentos “ambientalmente corretos” serão aprendidos na prática do dia-a-dia na escola: gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações podem ser exemplos disso (BRASIL, 2001, p.29).

No que se refere à área ambiental, há muitas informações, valores procedimentos que serão transmitidos à criança pelo que se faz e se diz em casa. Esse conhecimento deverá ser trazido e incluído nos trabalhos da escola, para que se estabeleçam as relações entre esses dois universos no reconhecimento dos valores que se expressam por meio de comportamentos, técnicas, manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2001, p.29)..

Além disso, quando é extrapolada para a sociedade - já que esta é uma parte da biosfera - esta teoria vai de encontro à teoria da solidariedade orgânica ou funcionalismo social de Durkheim *apud* Lakatos (1979), aonde os seres humanos, exercendo adequadamente suas funções, contribuem para o equilíbrio social, típico pensamento do Estado Burguês. Conforme Lakatos (1979):

A divisão do trabalho gera um novo tipo de solidariedade, baseado na complementação de partes diversificadas. O encontro de interesses complementares cria um laço social novo, ou seja, outro tipo de princípio de solidariedade, com moral própria, e que dá origem a uma nova organização social. Emile Durkheim denomina de solidariedade orgânica esta solidariedade (LAKATOS, 1979, p.39).

Mais uma vez, aqui não é colocada a questão de que a sociedade está sob o jugo do capital e de suas formas de apropriação da riqueza, que produzem não uma crise de percepção, mas sim uma crise estrutural. É, portanto, uma explicação idealista e ideológica para a crise ambiental que estamos e vamos atravessar.

Assim, apesar de enfatizar a importância da interação entre homem e natureza - que tem em vista preservar e conservar os serviços ambientais - pode-se dizer que, na medida em que faz menção a esta teoria, em algumas passagens, ressignifica o sentido de crise, apontando que se trata apenas de uma crise de percepção ou de mentalidade e não afirma ser o sistema de produção capitalista o principal responsável por esta crise ambiental que estamos atravessando. Pelo contrário. Utilizando-se desta teoria sistêmica, a crise estrutural deste modelo de produção, o capitalismo, que se tornou em nossos dias praticamente insustentável, é trocada ideologicamente pela crise de percepção, de visão de mundo ou de mentalidade, como este documento, a Temática Ambiental dos PCNs, afirma quando trata da função da educação ambiental:

Uma das principais conclusões e proposições assumidas internacionalmente é a recomendação de se investir numa mudança de mentalidade, conscientizando os grupos humanos para a necessidade de se adotarem novos pontos de vista e novas posturas diante dos dilemas e das constatações feitas nestas reuniões (BRASIL, 2001, p.24).

É necessário ainda ressaltar que, embora recomendada por todas as conferências internacionais, exigida pela Constituição e declarada como prioritária por todas as instâncias de poder, a Educação Ambiental está longe de ser uma atividade tranquilamente aceita e desenvolvida, porque ela implica mudanças profundas e nada inócuas. Ao contrário, quando bem realizada, a Educação Ambiental leva a mudanças de comportamento pessoal e a atitudes e valores que podem ter fortes consequências sociais (BRASIL, 2001, p.27).

O trabalho de Educação Ambiental deve ser desenvolvido a fim de ajudar os alunos a constituírem uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria. Para isso, é importante que possam atribuir significado àquilo que aprendem sobre a questão ambiental. E este significado é resultado da ligação que o aluno estabelece entre o que aprende e a sua realidade cotidiana (BRASIL, 2001, p.48).

Se em alguns momentos, bem poucos, a Temática Ambiental dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) fazem referência ao *modelo econômico*: “*E a riqueza, gerada num modelo econômico que propicia a concentração de renda, não impede o crescimento da miséria e da fome*” (BRASIL, 2001, p.20), ele, por outro lado, não procura realizar uma discussão profunda – no sentido de ir à raiz do problema, segundo Lessa e Tonet (2011) - que enfatize a superação do verdadeiro produtor desta crise ambiental: *o capitalismo*. Pelo contrário. A sustentabilidade para este documento, onde deva estar inscrita uma relação salutar entre o homem e natureza, é conseguida através da conscientização e da ação individual dos seres humanos na sociedade [cada qual cumprindo bem a sua função social no interior do modo de produção capitalista, conforme a teoria funcionalista durkheimiana] e não pela emancipação humana através da superação deste modo de produção:

Nesse contexto, fica evidente a importância de se educar os futuros cidadãos brasileiros para que, como empreendedores, venham agir de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro; como participantes do governo ou da sociedade civil, saibam cumprir suas obrigações, exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a comunidade, tanto local como internacional; e, como pessoas, encontrem acolhidas para ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o ambiente tanto físico quanto social (BRASIL, 2001, p.26).

O DISCURSO DO COMPETENTE

Em relação à segunda característica a ser investigada, que diz respeito às influências da presença do discurso do competente ou do especialista na Temática Ambiental dos PCNs pode-se dizer que há, sim, uma relação. Como se viu na construção teórica deste trabalho o discurso do competente ganha campo e força, na história da humanidade, a partir de Francis Bacon e de sua ciência experimental. Com Bacon (1999), este discurso passa a representar o poder de domínio do homem sobre a natureza. Mas com Descartes (1999; 2001) e Kant (1999), este sujeito do conhecimento se eterniza como *Aletheia*, rompendo com o passado e com o futuro, ou seja, com o processo histórico. Por conseguinte, este discurso é encontrado em diversas passagens da Temática Ambiental dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), onde se procura enfatizar que o conhecimento, não uma leitura crítica do processo histórico, poderá acabar com a degradação e crise ambiental que estamos atravessando. Note-se, aqui, que este conhecimento pragmático, que se realiza tendo como pano de fundo o modo de produção capitalista, anda junto com a consciência, que será discutida mais a frente.

Assim, em sua página (25), a Temática Ambiental dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) afirmam que o conhecimento é fundamental para que as pessoas possam manejar de forma adequada os ecossistemas, os quais dependem a vida de todos os seres vivos (humanos ou não): “*Parte deste patrimônio cultural consiste no conhecimento importantíssimo, mas ainda pouco divulgado, dos ecossistemas locais – seu funcionamento, sua dinâmica e seus recursos*” (BRASIL, 2001, p.25). Em outra passagem, na mesma página, afirma que os agricultores quando extraem um recurso natural faz com que outros se percam no caminho. Um exemplo disso tem sido a formação de pastos em certas áreas da Amazônia. Outro exemplo, do que os PCNs denominam como falta de consciência ambiental, diz respeito à extração de minérios, por exemplo. Esta extração traz lucros somente para um pequeno grupo de pessoas, que muitas vezes nem são habitantes da região e levam a riqueza para longe até para fora do país, deixando em seu lugar uma devastação que custará caro à saúde da população e aos cofres públicos. Em outras passagens da Temática Ambiental dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ainda se continua afirmando que o saber é essencial para que haja uma relação entre o homem e a natureza salutar. Aqui, as reais causas da degradação ambiental que residem no modelo de produção capitalista não são mencionadas. Assim, transparece a idéia, neste documento, de que conhecendo a terminologia que envolve as questões ambientais, o homem poderá agir de forma consciente em sua localidade:

Conhecer o significado mais preciso desses termos e as leis de proteção ambiental que incidem sobre a região em que a escola se insere é importante para os professores. Por sua função mesma de oferecer oportunidades para que os alunos comecem a se exercitar no desempenho da cidadania e, mais ainda, para que a escola saiba como assumir sua responsabilidade como instituição do bairro, do município, como parte da sociedade local instituída (BRASIL, 2001, p.35).

Da mesma forma, nas páginas (34); (35); (36); (37); (38); vão aparecer definições de termos como: a) *A Proteção Ambiental*; b) *A Preservação*; c) *A Conservação*; d) *A Recuperação*; e) *A Degradação*; f) *A*

Sustentabilidade; g) A Diversidade Biológica. Não se discute que estas definições são importantes para se buscar entender a problemática ambiental, mas o seu con

hecimento científico não implica que ocorrerá a proteção e a conservação ambiental, já que a lógica do capital é outra e, estes documentos, nada afirmam sobre a superação do modo de produção capitalista que aqui se constitui como a principal causa da degradação ambiental que estamos e vamos atravessar. Assim, a temática ambiental dos PCNs define estes termos como:

a) Proteção Ambiental:

Significa o ato de proteger. É a dedicação pessoal àquele ou àquilo que ela precisa; é a defesa daquele ou daquilo que é ameaçado. O termo “proteção” tem sido utilizado por vários especialistas para englobar os demais: preservação, conservação, recuperação, etc. Para eles, essas são formas de proteção. No Brasil há várias leis estabelecendo Áreas de Proteção Ambiental (APAs), que são espaços do território brasileiro, assim definidos e delimitados pelo poder público (União, Estado ou Município), cuja proteção se faz necessária para garantir o bem-estar das populações presentes e futuras e o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nas APAS declaradas pelos Estados e Municípios poderão ser estabelecidos critérios e normas complementares (de restrição ao uso de seus recursos naturais), levando-se em consideração a realidade local, em especial a situação das comunidades tradicionais que porventura habitem tais regiões. O uso dos recursos naturais nas APAS só pode se dar desde que “não comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção” (BRASIL, 2001, p.35)

b) Preservação Ambiental:

Preservação é a ação de proteger contra a destruição e qualquer forma de dano ou degradação um ecossistema, uma área geográfica ou espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, adotando-se as medidas preventivas legalmente necessárias e as medidas de vigilância adequadas. O Código Florestal estabelece áreas de preservação permanente, ao longo dos cursos d’água (margens dos rios, lagos, nascentes e mananciais em geral), que ficam impedidas de qualquer uso. Essas áreas se destinam, em princípio, à vegetação ou mata ciliar especialmente importante para garantir a qualidade e a quantidade das águas, prevenindo o assoreamento e a contaminação. A Constituição brasileira impõe, também, a preservação do meio ambiente da Serra do mar, da Floresta Amazônica, da mata Atlântica, do pantanal Mato-Grossense e da Zona Costeira (BRASIL, 2001, p.36).

c) Conservação Ambiental

Conservação é a utilização racional de um recurso qualquer, de modo a se obter um rendimento considerado bom, garantindo-se, entretanto, a sua renovação ou sua auto-sustentação. Analogamente, conservação ambiental quer dizer o uso apropriado do meio ambiente dentro dos limites capazes de manter sua qualidade e seu equilíbrio em níveis aceitáveis. Para a legislação brasileira, “conservar” implica manejar, usar com cuidado, manter, enquanto “preservar” é mais restritivo: significa não usar ou não permitir qualquer intervenção humana significativamente (BRASIL, 2001, p.36).

d) Recuperação

Recuperação, no vocábulo comum, é o ato de recobrar o pedido, de adquiri-lo novamente. O termo “recuperação ambiental” aplicado a uma área degradada pressupõe que nela se restabeleçam as

características do ambiente original. Nem sempre isso é viável e às vezes pode não ser necessário, recomendando-se, então, uma reabilitação. Uma área degradada pode ser reabilitada (tornar-se novamente habilitada) para diversas funções, como a cobertura para a vegetação nativa local ou destinada a novos usos, semelhantes ou diferentes do uso anterior à degradação. A Lei prevê, na maioria dos casos, que o investimento necessário à recuperação ou reabilitação seja assumido pelo agente degradador. Além disso, o agente responsável pelo dano ambiental deve reparar esse dano. Recuperação é o ressarcimento, para efeito de consertar ou atenuar dano causado a pessoa ou patrimônio, e, no caso de dano ambiental, além de provável pagamento de multa, pode envolver a obrigação de recuperar ou reabilitar a área degradada (BRASIL, 2001, p.37).

e) Degradação

Degradação ambiental consiste em alterações e desequilíbrios provocados no meio ambiente que prejudicam os seres vivos ou impedem os processos vitais ali existentes antes dessas alterações. Embora possa ser causada por efeitos naturais, a forma de degradação que mais preocupa governos e sociedades é aquela causada pela ação antrópica, que pode e deve ser regulamentada. A atividade humana gera impactos ambientais que repercutem nos meios físico-biológicos e socioeconômicos, afetando os recursos naturais e a saúde humana, podendo causar desequilíbrios ambientais no ar, nas águas, no solo e no meio sociocultural. Algumas das formas mais conhecidas de degradação ambiental são: a desestruturação física (erosão, no caso de solos), a poluição e a contaminação. (BRASIL, 2001, p.37).

f) Sustentabilidade^[3]

O Pnuma, com o apoio da ONU e de diversas organizações não-governamentais, propôs, em 1991, princípios, ações e estratégias para a construção de uma sociedade sustentável. Na formulação dessa proposta emprega-se a palavra “sustentável” em diversas expressões: desenvolvimento sustentável, economia sustentável, sociedade sustentável e uso sustentável. Parte-se do princípio que “se uma atividade é sustentável, para todos os fins práticos ela pode continuar indefinidamente. Contudo, não pode haver garantia de sustentabilidade à longo prazo porque muitos fatores são desconhecidos ou imprevisíveis”. Diante disso, propõe-se que as ações humanas ocorram dentro das técnicas e princípios conhecidos de conservação, estudando seus efeitos para que se aprenda rapidamente com os erros. Esse processo exige monitorização das decisões, avaliação e redirecionamento da ação. E muito estudo. Portanto, traz implicações para o trabalho dos professores e responsabilidades para a escola como uma das instâncias da sociedade que pode contribuir para o mesmo processo (BRASIL, 2001, p.39).

³Nesta discussão de sustentabilidade que a temática ambiental dos PCNs promove ela afirma que este tipo de desenvolvimento, para muitos, entra em conflito com a conservação e preservação ambiental. Mas, este documento apenas vai até este ponto. Depois disso, acena para a definição da ONU de desenvolvimento sustentável e, por fim, concorda com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) para quem uma sociedade sustentável é aquela que vive em harmonia com oito princípios interligados: 1) Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos; 2) Melhorar a qualidade da vida humana; 3) Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra; 4) Minimizar o esgotamento de recursos não renováveis; 5) Permanecer nos limites de capacidade de suporte do Planeta Terra; 6) Modificar atitudes e práticas pessoais; 7) Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente; 8) Gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação; 9) Constituir uma aliança global. Como na citação acima que diz respeito a sustentabilidade, em que este documento afirma que “as ações humanas devem ocorrer dentro das técnicas e princípios conhecidos de conservação, estudando seus efeitos para que se aprenda rapidamente com os erros. Esse processo exige monitorização das decisões, avaliação e redirecionamento da ação”, estes oito princípios que devem estar interligados, segundo o documento, evidenciam o discurso do competente para a solução dos problemas ambientais. Dito de outra forma, faz uma assepsia do modo de produção capitalista e de seus pilares: as relações econômicas e políticas.

g) Diversidade Biológica

Um dos valores que passa a ser reconhecido como essencial para a sustentabilidade da vida na Terra é o da conservação da diversidade biológica. E para a sustentabilidade social, reconhece-se a importância da diversidade dos tipos de sociedades, de culturas [...] Pouco se sabe ainda do papel relativo de cada espécie e de cada ecossistema na manutenção desse equilíbrio em condições vitáveis para a sobrevivência. Mas sabe-se que todas as espécies são componentes do sistema de sustentação da vida, que a conservação da biodiversidade é estratégica para a qualidade de vida. Cada vez mais se descobrem substâncias de grande valor para a saúde, alimentação, obtenção de tinturas, fibras e outros usos, no grande laboratório representado pelas diferentes espécies de plantas e animais, muitas até pouco tempo desconhecidas ou desprezadas pela cultura oficial. A diversidade biológica deve ser conservada não só por sua importância conhecida e presumível para a humanidade, mas por uma questão de princípio: todas as espécies merecem respeito, pertencemos todos à mesma e única trama da vida neste planeta (BRASIL, 2001, p.43).

Em outras passagens da Temática Ambiental dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que versam sobre os *Conteúdos de Meio Ambiente para o 1º e 2º ciclos* há três blocos de temas que o aluno deve se apropriar: Ciclos da Natureza; Sociedade e Ambiente; Manejo e Conservação Ambiental:

a) Ciclos da Natureza

Assim, para este bloco foram selecionados os seguintes conteúdos: 1) os ciclos da água, seus múltiplos usos e sua importância para a vida, para a história dos povos; 2) os ciclos da matéria orgânica e sua importância para o saneamento; 3) as teias e as cadeias alimentares, sua importância e o risco de transmissão de substâncias tóxicas que possam estar presentes na água, no solo e no ar; 4) o estabelecimento de relações e correlações entre elementos de um mesmo sistema; 5) a observação de elementos que evidenciem ciclos e fluxos na natureza, no espaço e no tempo (BRASIL, 2001, p.60).

b) Sociedade e Meio Ambiente

Para este bloco foram selecionados os seguintes conteúdos: 1) a diversidade cultural e a diversidade ambiental; 2) os limites da ação humana em termos quantitativos e qualitativos; 3) as principais características do ambiente e/ou paisagem da região em que se vive; as relações pessoais e culturais dos alunos e de sua comunidade com os elementos dessa paisagem; 4) as diferenças entre ambientes preservados e degradados, causas e consequências para a qualidade da vida das comunidades, desde o entorno imediato até de outros povos que habitam a região e o planeta, bem como das gerações futuras; 5) a interdependência ambiental entre as áreas urbana e rural (BRASIL, 2001, p.61).

c) Manejo e Conservação Ambiental

Para isso, propõe que sejam abordados os seguintes itens: 1) o manejo e a conservação

da água: noções sobre a captação, tratamento e distribuição para o consumo; os hábitos de utilização da água em casa e na escola adequados às condições locais; 2) a necessidade e formas de tratamento dos detritos humanos: coleta, destino e tratamento do esgoto; procedimentos possíveis adequados às condições locais (sistema de esgoto, fossa e outros); 3) a necessidade e as formas de coleta e destino do lixo; reciclagem; os comportamentos responsáveis de “produção” e “destino” do lixo em casa, na escola e nos espaços de uso comum; 4) as formas perceptíveis e imperceptíveis de poluição do ar, da água, do solo e poluição sonora: principais atividades locais que provocam poluição (indústrias, mineração, postos de gasolina, curtumes, matadouros, criações, atividades agropecuárias, em especial as de uso intensivo de adubos químicos e agrotóxicos; 5) Noções de manejo e conservação do solo; erosão e suas causas nas áreas rurais e urbanas; necessidades e formas de uso de insumo agrícolas; cuidados com a saúde; 6) noções sobre procedimentos adequados com plantas e animais; cuidados com a saúde; 7) a necessidade e as principais formas de preservação, conservação, recuperação e reabilitação ambientais, de acordo com a realidade local; 8) alguns processos simples de reciclagem e reaproveitamento; 9) os cuidados necessários para o desenvolvimento das plantas e dos animais; 9) os procedimentos corretos com dejetos humanos nos banheiros e em lugares onde não haja instalações sanitárias; 10) as práticas que evitam desperdícios no uso cotidiano de recursos com a água, energia e alimentos; 11) a valorização de formas conservacionistas de extração, transformação e uso dos recursos naturais (BRASIL, 2001, p.63).

Assim, a Temática Ambiental dos PCNs transmite a idéia de que aprendendo noções de meio ambiente e de sociedade, o homem poderá agir de forma consciente em sua localidade. Este homem que se radica na técnica traz consigo o discurso do sujeito competente ou do especialista que encontra respaldo, como se viu no capítulo dois, na filosofia de Descartes e de Kant. Este sujeito competente rompe com processo histórico e se eterniza ou se presentifica como Aletheia (verdade em grego).

Mas de qual consciência se está falando? Para a *Temática Ambiental* dos PCNs, o que se procura é somente adequar o ser humano ao capitalismo. Esta consciência se reveste de um caráter pragmático, que tem como função básica reformar o capitalismo. Portanto, a consciência, que está explícita nos PCNs, é ideológica, pois não sinaliza para a superação do modo de produção capitalista, que subjugou tudo às leis ou a ética do mercado. Esta consciência que se encontra nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) não ultrapassa o plano da representação, ou seja, o mundo da mentalidade ou das ideias. Conforme Chainça (2012), esta consciência está ligada à emancipação política, permanecendo no nível da representação ou da idéia e não da emancipação do ser humano que, conforme Lessa e Tonet (2011), diz respeito à superação do modo de produção capitalista e de suas formas de alienação que o faz se perpetuar. Assim, Chainça (2012) afirma que:

Desta forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais insistem que é fundamental a conscientização do indivíduo, mas, de acordo com as informações em que se fundamenta esta dissertação, a conscientização é da esfera do Ser, do âmbito da emancipação humana, e esta não é possível de atingir a partir das propostas dos Parâmetros, que se fixam no âmbito da emancipação política, ou seja, apenas na esfera da consciência. Portanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais trabalham com uma representação que serve para resolver problemas relacionados ao meio ambiente. Ao atender a esta necessidade, a representação gera outras necessidades de interpretação da realidade que são satisfeitas pelo concurso de novas representações. Uma representação nunca é autônoma, ela esta subordinada, ao mesmo tempo, à necessidade de explicar a realidade e às representações que a

precedem. Em outras palavras, enquanto conceito, conscientização existe, mas é uma representação, sendo assim, o discurso da conscientização fica vazio, pois ela só poderia acontecer na perspectiva da emancipação humana (CHAINÇA, 2012, p.58)

Aliado a esta postura, que une conhecimento com consciência, verifica-se também nestes documentos o viés empresarial de gestão da natureza, onde aparece o termo empreendedor, que passa a ser relacionado à formação do ser humano para as questões ambientais, conforme o trecho:

Nesse contexto, fica evidente a importância de se educar os futuros cidadãos brasileiros para que, como empreendedores, venham a agir de modo responsável e com sensibilidade, conservando ambiente saudável no presente e para o futuro; como participantes do governo ou da sociedade civil, saibam cumprir suas obrigações, exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda comunidade, tanto local como internacional; e, como pessoas, encontrem a acolhida para ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o ambiente tanto físico quanto social (BRASIL, 2001, p.26).

Aqui, neste trecho, há a idéia de tornar os seres humanos gestores dos recursos naturais, simplesmente através do conhecimento. Além disso, há a responsabilização dos indivíduos pela degradação ambiental que estamos vivenciando, muito mais do que o capitalismo que, como se observa, nestes documentos, praticamente não é culpado. Portanto, o cidadão que não se educar e não mudar seu comportamento será o grande responsável pela crise ambiental. Os direitos nestes documentos – nos PCNs – são fundados nas leis e na ética do mercado e não na edificação de uma sociedade justa, que realmente faça com que as reais necessidades dos seres humanos sejam asseguradas. Segundo Löwy (2003), esta ideologia está no cerne do processo de produção capitalista, pois como Locke *apud* Capra (1993) enfatizava: o indivíduo em sociedade, bem como os átomos de um gás, ao serem deixados livres – sem nenhuma força que aja sobre eles – tenderá ao equilíbrio ou harmonia.

É, portanto, através do conhecimento e da liberdade de ação destes sujeitos que ocorrerá a plena realização ou manifestação do *estado burguês* ou da *livre iniciativa*. Além do subjetivismo presente no discurso do sujeito competente, que rompe com o processo histórico e se eterniza como Aletheia, implícito nas soluções para os problemas ambientais, que está inscrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), há resquícios também do sujeito do conhecimento hegeliano (MARCUSE, 1969). Isto porque este sujeito do conhecimento, aliado à liberdade de ação, cria condições para a manifestação do Espírito do Mundo (Deus Histórico ou Razão Histórica). Neste sentido, ele tenderá – de forma idealista e ideológica – a organizar e fundamentar a realidade da melhor forma possível, assegurando a plena realização do estado burguês ou da livre iniciativa.

É necessário perceber que aqui – como todo o trabalho vem e está mostrando – não há um discurso anticientífico. Pelo contrário, a ciência é produção humana, mas não é neutra e inquestionável – ela é dialética. A ciência como todas as produções humanas pode estar a serviço de uma classe, daqueles que detém o poder econômico. Portanto, torna-se necessário, mais uma vez, salientar que este conhecimento, produzido pelo conhecimento disciplinar, que é obtido pela lógica formal, deve – sem dúvida nenhuma – ser contextualizado através da lógica dialética que apontará as contradições nele implícitas.

A NÃO SUPERAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O terceiro elemento que irá caracterizar a vertente conservadora e instrumental da educação ambiental versa sobre a não superação do processo de produção capitalista. Numa leitura da Temática Ambiental dos PCNs, pode-se dizer que ela apresenta grandes contradições internas. Há a constatação que se vive uma crise ambiental, produto de um modelo de civilização que se impôs. Aqui, nota-se que a referência

que os PCNs fazem ao capitalismo é idealista, como fosse o produto metafísico de uma história que os homens não a controlam (razão histórica):

Nos últimos séculos, um modelo de civilização se impôs, trazendo a industrialização, com sua forma de produção e organização do trabalho, além da mecanização da agricultura, que inclui o uso intenso de agrotóxicos, e a urbanização, com um processo de concentração populacional nas cidades (BRASIL, 2001, p.19).

Em outra passagem o documento culpa o modelo de desenvolvimento econômico que propicia a concentração de renda, o que não vai impedir o crescimento da miséria e da fome:

E a riqueza, gerada num modelo econômico que propicia a concentração de renda, não impede o crescimento da miséria e da fome. Algumas das consequências indesejáveis desse tipo de ação humana são, por exemplo, o esgotamento do solo, a contaminação da água e a crescente violência nos centros urbanos (BRASIL, 2001, p.20).

Em outro ponto - contradizendo-se internamente - ele afirma que:

A fome, a miséria, a injustiça social, a violência e a baixa qualidade de vida de grande parte da população brasileira são fatores que estão fortemente relacionados ao modelo de desenvolvimento e suas implicações socioambientais (BRASIL, 2001, p.25).

Mas quando, a *Temática Ambiental* dos PCNs, em sua página (38), trata da definição e da construção de uma sociedade sustentável ^[4] vai em direção à ênfase na técnica implícita no conceito de desenvolvimento sustentável ^[5] elaborado pela equipe da primeira ministra da Noruega, Grô-Brundtland, a pedido das Organizações das Nações Unidas (ONU), que carrega sérias contradições:

Nas propostas apresentadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), emprega-se o termo “desenvolvimento sustentável” significando “melhorar a qualidade da vida humana dentro dos limites da capacidade suporte dos ecossistemas. Isso implica, entre outros requisitos, o uso sustentável dos recursos renováveis – ou seja, de forma qualitativamente adequada e em quantidade compatíveis com sua capacidade de renovação (BRASIL, 2001, p.38-39).

O Pnuma, com o apoio da ONU e de diversas organizações não-governamentais, propôs, em 1991, princípios, ações e estratégias para a construção de uma sociedade sustentável. Na formulação dessa proposta emprega-se a palavra “sustentável” em diversas expressões: desenvolvimento sustentável, economia sustentável, sociedade sustentável e uso sustentável. Parte-se do princípio que “se uma atividade é sustentável, para todos os fins práticos ela pode continuar indefinidamente. Contudo, não pode haver garantia de sustentabilidade à longo prazo porque muitos fatores são desconhecidos ou imprevisíveis”. Diante disso, propõe-se que as ações humanas ocorram dentro das técnicas e princípios conhecidos de conservação, estudando seus efeitos para que se aprenda rapidamente com os erros. Esse processo exige monitorização das decisões, avaliação e redirecionamento da ação. E muito estudo. Portanto, traz implicações para o trabalho dos professores e responsabilidades para a escola como uma das instâncias da sociedade que pode contribuir para o mesmo processo (BRASIL, 2001, p. 39).

⁴Aqui ele mostra que existe uma ambigüidade para muitos estudiosos entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, mas mesmo assim aponta que o Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum) é o caminho para a conciliação entre cultura e natureza.

⁵Este conceito carrega a contradição ou ambigüidade entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Note-se que na citação acima o sistema de produção capitalista não é culpado, não há nenhuma orientação para a superação do mesmo e a técnica, bem como o discurso do competente, são sobrevalorizados. Mais ainda, a *Temática Ambiental* dos PCNs continua salientando, de acordo com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), o que seria ou poderia ser uma sociedade sustentável no interior do capitalismo. Para tanto, ele lança mão de nove princípios - já citados - mas que foram retomados:

- 1) Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos; 2) Melhorar a qualidade da vida humana; 3) Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra; 4) Minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis; 5) Permanecer nos limites de capacidade de suporte do Planeta; 6) Modificar atitudes e práticas pessoais; 7) permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente; 8) gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação; 9) Constituir uma aliança global (BRASIL, 2001, p.40-41).

Mas, mais uma vez, neste Relatório ou nos PCNs não se aventura ou não é colocada a questão da tão necessária superação do sistema de produção capitalista. Ou seja, não são buscadas alternativas a este sistema, que é o principal responsável pela crise ambiental. Como Chainça (2012) afirmou: “a consciência nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) não ultrapassa o nível da emancipação política” (p.58).

Pode-se dizer que a temática ambiental e a finalidade do processo educativo implícita neste documento não têm a intenção de emancipar o ser humano, apenas provocar, quando consegue, um adestramento ao processo de produção capitalista. O que se faz é revestir este sistema de um capitalismo verde. Fala-se muito em conscientização, mas esta permanece apenas no nível da abstração porque não ataca as reais causas da degradação ambiental – o capitalismo e suas formas de apropriação da riqueza. Além disso, o discurso do competente que é o porta-voz da técnica é muito valorizado nos PCNs e no Relatório Brundtland. Ela, nestes documentos, é enfatizada, como se ela fosse capaz de mudar o cenário catastrófico que as futuras gerações vão enfrentar. Portanto, promove-se uma assepsia nas relações políticas e econômicas que são as bases de sustentação do capitalismo. O que se faz, portanto, neste documento, é maquiagem e revestir este modo de produção em um capitalismo verde.

Segundo Herculano (2001), os apologistas do desenvolvimento sustentável entendem sua proposta como sendo crescimento capitalista. W. Reilly, na época presidente da EPA (Agência de Proteção Ambiental) dos EUA, em um artigo intitulado “O Capitalismo Verde: os benefícios ambientais do crescimento estável”, fala-nos de quanto o crescimento econômico traz benefícios ao meio ambiente e de como a expansão econômica se harmoniza com a proteção ambiental. Para Fortes *apud* Herculano (2001), ex-Coordenador Executivo do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil, este significa uma nova ordem econômica mundial e uma revolução ambiental, envolvendo a integração de critérios econômicos à prática ecológica, alcançada pela aceleração do desenvolvimento, uma vez que, o que polui – como em outras passagens deste texto já fez referência – é a miséria. Neste sentido, para o Relatório Brundtland as causas da deterioração ambiental são identificadas em três grupos:

- ✓ No uso de tecnologias poluidoras;
- ✓ No aumento demográfico;
- ✓ Na intensificação e expansão da miséria

As soluções de desenvolvimento sustentável propostas pelo Relatório Brundtland são:

- ✓ Reorientação tecnológica e institucionalização de meios de fiscalização internacionais
- ✓ Controle populacional para o Terceiro Mundo
- ✓ Políticas de Ajustes e de ajuda financeira dos países ricos e pobres

Neste sentido - aqui nestas propostas - é que o discurso do competente aparece de forma salientada e aliada ideologicamente ao capitalismo. Neste documento, há de forma fascista a culpabilidade dos países pobres pela situação ambiental e não o Primeiro Mundo pelos dejetos tóxicos ou, então, as empresas internacionais que, muitas vezes aliadas com as elites econômicas destes mesmos países, através de condições facilitadas (legislações fracas ou incipientes), vêm a estes países somente e apenas para a realização da mais valia, não se importando com os aspectos sociais e ambientais de tal empreendimento. Ironicamente Herculano (2001) define muito bem o que o capitalismo verde que vem no bojo do conceito de Desenvolvimento Sustentável proposto por este Relatório:

Tais propostas permitem inferir qual é concepção de desenvolvimento sustentável subjacente: é a do eco-capitalismo, que se traduz na confiança do avanço tecnológico capaz de produzir uma industrialização limpa e controlar a fecundidade das mulheres do Terceiro Mundo. A causa primordial da deterioração ambiental é tida como sendo a pobreza, muito mais que os dejetos tóxicos do Primeiro Mundo (HERCULANO, 2001, p.26).

Indo nesta direção, CHADDAD (2015) faz uma crítica a este sentido de desenvolvimento sustentável, que se pretende realizar sem excluir a lógica de um sistema, o capitalismo, que se faz extremamente lapidador do homem e da natureza.

Hoje muito se fala em desenvolvimento sustentável. Ou seja, produzir respeitando a capacidade de suporte e renovação de recursos pela Terra. Mas será possível este tipo de desenvolvimento? Será que este tipo de desenvolvimento pode ser uma realidade? Segundo CHADDAD (2015):

Levando-se em conta o nosso sistema de produção, o capitalista, para ele esta seria uma empreitada impossível. O capitalismo vive do lucro, da realização da mais valia. Sem a alta taxa de lucro não seria possível ele sobreviver. E como ele consegue obter esta taxa de lucro? A resposta está no consumo. Através da propaganda maciça da mídia que cria contínuas necessidades nas pessoas, fazendo-as se compararem com a mercadoria, o capitalismo se mantém e, através da descoberta de novas tecnologias, ele se renova constantemente. Para manter este ciclo produtivo ele consome muitos hectares de terra e água e uma infinidade de matérias primas, que é mais conhecida como pegada ecológica. A pegada ecológica que a Terra consegue manter-se gira em torno de 1,7. Hoje, o mundo está sinalizando uma pegada ecológica de 2,1. Ou seja, muito maior do que a capacidade suporte do planeta Terra. Um dado importante que, a primeira vista, impressiona muito é a pegada ecológica dos EUA que gira em torno de 9,5. Ou seja, se todos os países do mundo atingissem o mesmo desenvolvimento econômico e industrial dos EUA necessitaríamos de 5 planetas Terra. Um absurdo! [...] Aonde, então, reside a possibilidade do desenvolvimento sustentável? Dentro do sistema capitalista é impossível de ser atingido o desenvolvimento sustentável, uma economia solidária com a vida, e, mais que isto, não há matéria prima para todos. Por isso, acredito que os países emergentes ou em desenvolvimento nunca irão atingir o desenvolvimento sustentável no interior do processo capitalista. Seria necessário um sistema mais solidário com a vida, um sistema que não visse o lucro constante como seu principal objetivo, um sistema que olhasse para as pessoas e a natureza não como objetos, mas como entidades de singular importância para a vida na Terra.

Hoje, como produto do sistema capitalista, tem-se uma variada gama de situações problemas que se não forem remediadas a tempo, tendem a acelerar o momento caótico em que está atravessando, como, por exemplo, crimes de toda natureza, pobreza/miséria generalizadas, guerras, mortes, perda maciça da biodiversidade (conjunto de plantas e animais que habitam determinadas regiões do globo), perda de solo, assoreamento de cursos e reservatórios de água, aquecimento do planeta, que irá ainda mais acirrar esta situação caótica, destruição da camada de ozônio, chuva ácida, e assim por diante. Em vista disso, uma pergunta e uma resposta se fazem necessárias: como se desenvolver industrialmente sem destruir o meio ambiente, como quer o Relatório Brundtland? Este é o grande entrave do desenvolvimento sustentável: como produzir e resguardar a qualidade de vida para a atual geração e os recursos do planeta Terra para as futuras gerações (homem e natureza). Se for ao interior do capitalismo não acredito que isto seja conseguido (CHADDAD, 2015, p.1).

Procurei chamar a atenção para a impossibilidade que há para ser atingida a sustentabilidade no interior do capitalismo. Este modo de produção vive do lucro e, para isso, precisa de todas as formas que se criem novos produtos para que possam ser vendidos, senão o sistema entra em crise. Ou seja, os capitalistas precisam que haja grandes contingentes de consumidores para seus produtos, que são feitos ou fabricados tendo como base os recursos naturais que são explorados continuamente. Desta forma, a sustentabilidade no interior do modo de produção capitalista é apenas uma abstração, pois nunca será conseguida.

Assim, Herculano (2001) salienta que, além da injustiça cega que é não mencionar com a mesma insistência a degradação ambiental trazida pelo crescimento exponencial e o consumismo do Primeiro Mundo, o Relatório não aventa a hipótese de que a pobreza e a deterioração ambiental sejam efeitos indesejáveis de um modelo de crescimento que busca incremento de capital e não atender às necessidades humanas.

Pobreza e degradação ambiental, desta forma, não são percebidas pelo Relatório, enquanto características inerentes à lógica perversa de um sistema de produção concentrador, mas como percalços inesperados e perversos, passíveis de serem controlados por mecanismos técnico-burocráticos: ou seja, para a ortodoxia de esquerda do terceiro mundo, o termo desenvolvimento sustentável tornou-se uma ideologia, uma falsificação, quando passa a propor como solução para a crise ambiental a expansão do sistema de mercado. Terminando, portanto, esta crítica de como foram apropriados pelo discurso dominante os processos ecológicos, que até agora garantiram a vida do ser humano e dos demais seres vivos que habitam este Planeta, Herculano (2001) afirma:

Os ambientalistas se queixam que a noção de desenvolvimento sustentável, que é deles, vem sendo perversamente invertida e reinterpretada como uma estratégia de expansão do mercado e do lucro, quando, na verdade, significa originariamente mudanças-chaves na estrutura de produção e consumo, nova ética do comportamento humano e recuperação do primado dos interesses sociais e coletivos (HERCULANO, 2001, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A FORMAÇÃO AMBIENTAL NOS PCNS

E como pode ser definida a educação ambiental que vem sendo proposta na Temática Ambiental dos PCNs? Para se buscar uma definição mais complexa torna-se necessário recorrer a determinadas passagens. No ponto de vista deste trabalho, uma passagem é essencial. Nesta se afirma a necessidade da edificação de uma nova postura dos educandos diante da realidade:

A Educação Ambiental está longe de ser uma atividade tranquilamente aceita e desenvolvida, porque ela implica mudanças profundas e nada inócuas. Ao contrário, quando bem realizada, a Educação

Ambiental leva a mudanças de comportamento pessoal e a atitudes e valores de cidadania que podem ter fortes consequências sociais (BRASIL, 2001, p.27).

Aqui irá aparecer a importância da educação ambiental no sentido de correção dos problemas ambientais. Em primeiro lugar, torna-se necessário salientar que a fundamentação de uma educação ambiental que solucione os problemas ambientais no interior do sistema capitalista, nada mais é que uma postura reformista do próprio capitalismo, como foi a edificação do Estado de Bem-Estar-Social no pós Segunda Guerra Mundial na América do Norte e no continente Europeu. A ênfase em uma sociedade que não dominasse a natureza para explorá-la - inscrita na lógica de Bacon (1999) - mas que dominasse a relação entre o homem e a natureza, em função da procura de sua conservação e de sua preservação, conforme afirma Benjamin *apud* Löwy (2005), passa pela emancipação do homem que, segundo Lessa e Tonet (2011), só poderá ocorrer com o fim ou superação do sistema de produção capitalista.

Neste sentido, muitos autores defendem que não deva haver uma educação ambiental. Pelo contrário. Deve haver um currículo que cumpra sua finalidade, que é a socialização dos conhecimentos mais desenvolvidos na sociedade, pois qualquer tentativa de realizar uma educação para o meio ambiente, para a paz, para o empreendedorismo irá caracterizar-se por ser uma reformulação do próprio capital – que promove todas as situações críticas que passamos a vivenciar todos os dias. Ainda, este documento afirma que uma Educação Ambiental: “*quando bem realizada, leva a mudanças de comportamento, de atitudes e de valores*”. Mais uma vez, é necessário salientar que estas mudanças estão de acordo com a lógica do capital, pois aqui, nos PCNs, não se busca realizar a superação do mesmo. Aqui é imputada ideologicamente a responsabilidade sobre os indivíduos ao invés de se pensar na estrutura que determina o que eles são e como eles agem em sociedade. Repete-se, portanto, a harmonia atômica e social de Locke *apud* Capra (1999), como se resgata o sujeito do conhecimento hegeliano (MARCUSE, 1969), que trabalha para forjar a liberdade de ação para que o Espírito do Mundo (razão histórica) se manifeste totalmente através do Estado Burguês ou da Livre iniciativa.

Assim, pode-se concluir baseado nestas análises que a educação ambiental, como vem sendo proposta pela Temática Ambiental dos PCNs, em nenhum momento pode ser inscrita na vertente progressista ou emancipatória da educação ambiental. Pelo contrário, possui elementos que se inserem na corrente conservadora pós-moderna e na corrente conservadora instrumental da educação ambiental, que foi o foco deste trabalho.

Como se viu, o termo meio ambiente, que representa a característica pós-moderna da educação ambiental nesta temática transversal, é tratado de forma sistêmica e quando se extrapola este conceito para a explicação do funcionamento da sociedade, que é parte deste meio, o conceito de solidariedade orgânica de Durkheim *apud* Horkheimer (1975) é retomado e, com ele, a naturalização da divisão de classes. Para ele, não há explorados e nem exploradores, apenas seres humanos, que através da divisão do trabalho, contribuem para a máxima realização das potencialidades sociais. Por outro lado, com relação à técnica, que caracteriza a vertente conservadora instrumental da educação ambiental, pode-se dizer que ela está presente na Temática Ambiental dos PCNs. Percebe-se muito claramente a idéia de que os educandos, apropriando-se das terminologias ambientais, poderão agir de forma consciente em sua localidade. Aqui vai aparecer a ênfase no Cogito, nas Categorias de Entendimento e na Razão Histórica. Em primeiro lugar, a técnica para a temática Ambiental dos PCNs não se relaciona com o processo histórico. Pelo contrário, o sujeito do Cogito Cartesiano e das Categorias de Entendimento de Kant rompe com o passado e futuro e se eterniza como Aletheia (verdade em grego). Portanto, as soluções para os problemas ambientais estão na técnica e não na superação do processo capitalista.

Ao se pensar em Hegel *apud* Marcuse (1969) e no sujeito do conhecimento hegeliano, pode-se inferir que, mesmo inconsciente, ele irá proporcionar a liberdade para que haja a manifestação máxima deste

espírito do mundo (razão histórica). Para Hegel *apud* Arantes (1999), todos os estágios históricos, pelos quais passaram a humanidade, foram a manifestação do Espírito sobre os homens (sujeito do conhecimento), a fim de se atingir o estado burguês ou da livre iniciativa, onde não há forças ou leis que ajam sobre ele, apenas as leis do funcionamento do mercado. Ao se posicionar desta maneira, perante o Estado Burguês Liberal, Hegel *apud* Arantes (1999) não deixa de apresentar características pós-modernas em sua filosofia, pois ao não fazer a crítica ao capitalismo e defender a liberdade dos indivíduos como estruturadores da realidade, tencionando atingir o equilíbrio social através da instalação do estado burguês, que seria a manifestação do Espírito, este pensamento vai ao encontro da teoria de Hayek *apud* Butler (1983) e da física social de Locke *apud* Capra (1999). Ou seja, o sujeito individual e/ou coletivo deve agir localmente para produzir efeitos totais – este é o mote pós-moderno. E o que isto quer dizer?

Que sua ação ou suas ações sem a crítica radical do sistema capitalista, no sentido de ir à raiz do mesmo, conforme afirmou Lessa e Tonet (2011), serão ações revisionistas que, no máximo, apenas reafirmarão o sistema capitalista com todas as suas contradições ambientais e sociais. Por fim, a questão da não superação do sistema capitalista transparece no conceito de desenvolvimento sustentável presente na *Temática Ambiental* destes documentos. Apesar de até certo ponto culpar o capitalismo pela crise ambiental (homem e natureza), não faz menção a superação deste sistema. Pelo contrário, quando reafirma o conceito de desenvolvimento sustentável, proposto pelo Relatório Brundtland (ONU, 1992), reata com o sistema de produção capitalista, com as suas formas de apropriação de riqueza e de expropriação do homem e da natureza. Note-se, aqui, que a tecnologia e o desenvolvimento sustentável andam juntos, rompendo com a história (passado e futuro) e com as relações de produção que são construídas historicamente.

REFERÊNCIAS

ARANTES, PE. **Hegel: vida e obra**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ADORNO, TW; HORKHEIMER, M. **O conceito de iluminismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

BACON, F. **Novum Organum**. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** –3. ed. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 2001. (v.1)

BRASIL. Ministério da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. 3.ed. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 2001.

BUTLER, E. **A contribuição de Hayek às ideias políticas e econômicas de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1987.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1999.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 2007.

CHADDAD, FR. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.revistaead.org/artigo.php?idartigo=1742> Acesso em: 30 de junho de 2019.

CHADDAD

CHAINÇA, E. **Análise do conceito de conscientização nos parâmetros curriculares nacionais a partir da relação homem/sociedade/natureza.** (Dissertação) - Mestrado. Araraquara, 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (ONU). **Nosso futuro comum.** 2ed. Rio de Janeiro: Faculdade Getúlio Vargas, 1992.

DESCARTES, R. **Discurso do método.** São Paulo: Martin Claret, 2000.

DESCARTES, R. **Meditações metafísicas.** São Paulo: Abril Cultural, 2001.

HERCULANO, S. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: Goldemberg, M. **Ecologia, ciência e política.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

HORKHEIMER, M. **Teoria tradicional e teoria crítica.** In: Loparié, Z (seleção de textos). São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores).

KANT, I. **Crítica da razão pura.** São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LESSA, S; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão popular, 2011.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2005.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen.** São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSE, H. **Razão e revolução.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.